



**JUSTIÇA FEDERAL**  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**MEMÓRIA DE REUNIÃO n. 0316194**

**Objetivo da reunião:** Realizar Análise da Estratégia

**Horário/Data:** 10/03/2022; 14h30

**Local:** Sala de reuniões da Presidência

**Assunto:** Diversos

<b>Participantes (nome/email/telefone)</b>	<b>Função/Cargo</b>
Juiz Federal Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes	Secretário-Geral
Jodelmir Pereira de Souza	Diretor Executivo de Administração e de Gestão de Pessoas
Gustavo Bicalho Ferreira	Diretor Executivo de Planejamento e de Orçamento
Alexandre Fagundes	Secretário de Administração
Eva Maria Ferreira Barros	Secretária de Auditoria Interna
Denise Guimarães Tângari	Secretária da Corregedoria-Geral da Justiça Federal
Viviane da Costa Leite	Secretária da Turma Nacional de Uniformização
Marcelo Barros Marques	Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças
Rose Marie de Thuin	Secretária de Gestão de Pessoas
Elaine Nóbrega Borges	Secretária de Estratégia e Governança
José Ximenes de Albuquerque	Chefe da Assessoria Especial de Segurança Institucional e de Transporte
Beni dos Santos Mello	Diretor do Centro de Gestão Documental
Ana Cristina Machado da Rosa	Chefe da Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial
Tiago da Costa Peixoto	Secretário de Tecnologia da Informação

Manoel Jovita	Assessor B da Assessoria Jurídica
Deyst Deysther Ferreira de Carvalho Caldas	Secretária do Centro de Estudos Judiciários
Natália da Silva de Carvalho	Assessora de Apoio às Sessões
Wesley Queiroz da Rocha	Chefe do Gabinete da Secretaria-Geral
Marcos Pimenta	Assessor C da Secretaria-Geral

### **Assunto(s) tratado(s):**

#### **1. Resultado do cumprimento do Plano Estratégico**

A Secretária de Estratégia e Governança apresentou os resultados do cumprimento do Plano Estratégico de 2021, destacando que das 26 metas analisadas, 9 foram cumpridas ou superadas, 10 tiveram resultado entre 50 a 99%, e 7 não foram cumpridas. As metas não cumpridas foram: Meta 2 – Atender 100% dos itens e-Gov de acessibilidade até 2026; Meta 7 – Realizar, até 2026, 10 contratações conjuntas; Meta 8 – Obter, no mínimo, 80% de percepção positiva dos servidores em relação aos meios de comunicação internos disponíveis, até 2026; Meta 15 – Realizar, anualmente, 100% das vistorias técnicas previstas nos planos anuais; Meta 21 – Atingir, até 2026, institucionalização de 13 normativos de política de segurança da informação; Meta 23 – Atingir, até 2026, o nível 4 nos processos de gestão de vulnerabilidade; Meta 27 – Capacitar, a cada biênio, 100% dos gestores do CJF em 30 horas de capacitação de natureza gerencial.

Após a análise dos resultados, as unidades responsáveis pelo gerenciamento das metas poderão solicitar ajustes, visando à melhor adequação aos objetivos estratégicos e efetividade do Plano.

#### **2. Panorama dos projetos**

Foi apresentada a síntese dos projetos estratégicos nacionais e dos projetos estratégicos do CJF. Dos 12 projetos nacionais em acompanhamento, 2 foram concluídos, 8 estão em execução e 2 ainda não foram iniciados. No caso dos projetos do CJF, há 5 em execução, 3 concluídos e 1 não iniciado.

#### **3. Resultado PLS 2021-2022**

O Plano de Logística Sustentável - PLS, obteve como resultado geral o cumprimento de 80% das metas. As metas não cumpridas foram: Manter os custos com o contrato de outsourcing em relação a 2019; Reduzir o valor do quilômetro rodado pelos veículos do CJF em 7,5% em relação a 2019 e Ter 35% servidores com ao menos uma capacitação sobre temas específicos da sustentabilidade e sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS 2030.

Com relação à meta relacionada ao deslocamento de pessoal (Reduzir o valor do quilômetro rodado pelos veículos do CJF em 7,5% em relação a 2019), será realizada reunião com as unidades envolvidas para verificar a necessidade de adequação, principalmente para contemplar a questão do reajustes do preço de combustíveis.

#### 4. Encaminhamento das ações para adequação LGPD

O projeto Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados na Justiça Federal, vinculado ao macrodesafio Fortalecimento da Estratégia de TIC e de Proteção de Dados, foi concluído com a entrega dos seguintes produtos:

1. realização de diagnóstico situacional da implantação da LGPD no CJF e nos TRFs; 2. elaboração do plano de proteção de dados no CJF e nos TRFs; 3. implantação da LGPD no CJF; e 4. avaliação de ajustes implementados no CJF.

Foi apresentado o quadro de ações pendentes, conforme slides da reunião.

#### 5. Plano de Integridade

Foi informado aos integrantes do CGI que, a partir de benchmarking realizado em alguns órgãos da Administração Pública, verificou-se que o CJF já possui atendidos os eixos do Sistema de Integridade mencionado na Resolução CNJ 410/2021, restando pendente a sua regulamentação e divulgação.

Para tanto, foi apresentado plano de ação:

Regulamentar Programa de Integridade - SEG/ASCOM/SAI/SGP
Elaborar Estratégia de Comunicação de Integridade - ASCOM
Promover e disponibilizar eventos de Capacitação aos Servidores e aos membros da Alta Administração sobre temas relacionados à Integridade - SGP
Incluir cláusula contendo a previsão do contratado seguir posturas alinhadas às iniciativas de integridade nos futuros contratos de prestação de serviços com terceiros/fornecedores - ASJUR/SAD
Rever a composição da Comissão de Ética e rever e divulgar o Código de Ética - Comitê Gestor
Regulamentar o tratamento dos conflitos de interesse e nepotismo e sua responsabilização - A definir

#### 6. Prêmio de Sustentabilidade

Foi divulgado aos participantes a primeira edição do Prêmio de Sustentabilidade da Justiça Federal, que contempla práticas de sucesso nas categorias de contratações sustentáveis, gestão de materiais e resíduos sólidos, gestão de obras sustentáveis, capacitação em sustentabilidade e comunicação e sustentabilidade. A Secretária de Estratégia e Governança solicitou apoio dos gestores na divulgação do prêmio e do evento que será realizado em 28/04.

#### 7. Levantamento das ocupações críticas

Foram apresentadas as etapas do projeto estratégico Levantamento das Ocupações Críticas, que contará com a colaboração dos chefes de Seção, subsecretários e secretários das unidades.

#### 8. Governança Institucional

Foi apresentado o resultado do CJF no Índice de Governança, coordenado pelo TCU. Grande parte dos resultados do CJF em 2021 ficou abaixo dos obtidos em 2018, gerando a necessidade de análise das práticas de gestão constantes no questionário de avaliação pelas unidades responsáveis.

Juiz Federal **Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes**

Secretário-Geral



Autenticado eletronicamente por **Elaine Nóbrega Borges, Secretário(a) - Secretaria de Estratégia e Governança**, em 11/03/2022, às 14:57, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Juiz Federal MIGUEL ÂNGELO ALVARENGA LOPES, Secretário-Geral**, em 11/03/2022, às 16:41, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Jodelmir Pereira de Souza, Diretor(a) Executivo(a) - Diretoria Executiva de Administração e de Gestão de Pessoas**, em 11/03/2022, às 17:03, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Beni dos Santos Mello, Diretor(a) - Centro de Gestão Documental**, em 11/03/2022, às 17:04, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Alexandre Fagundes, Secretário(a) - Secretaria de Administração**, em 11/03/2022, às 17:04, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Manoel Maia Jovita, Assessor(a) B - Assessoria Jurídica**, em 15/03/2022, às 08:14, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Rose Marie de Thuin, Secretário(a) - Secretaria de Gestão de Pessoas**, em 15/03/2022, às 17:51, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Marcelo Barros Marques, Secretário - Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças**, em 16/03/2022, às 10:33, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Natália da Silva de Carvalho, Assessor(a)-Chefe - Assessoria de Apoio às Sessões**, em 16/03/2022, às 17:19, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Gustavo Bicalho Ferreira da Silva, Diretor Executivo - Diretoria Executiva de Planejamento e de Orçamento**, em 17/03/2022, às 14:39, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0316194** e o código CRC **927594B8**.